



Eleições e extremismo violento no Norte de Moçambique: Há condições para a realização de eleições em algumas autarquias de Cabo Delgado?

- O processo de recenseamento e eleições envolve mobilização de pessoas e recursos, mas acima de tudo requer um espaço estabilizado para os cidadãos se inscreverem e elegerem os dirigentes que irão cuidar dos seus destinos nos próximos cinco anos. Em algumas autarquias de Cabo Delgado, como é o caso de Mocímboa da Praia, praticamente não houve a execução do manifesto eleitoral devido aos ataques dos extremistas violentos, que tomaram a vila municipal durante um ano. Os ataques e a deslocação forçada da população podem contribuir para a fraca participação nas eleições nos locais afectados pelo conflito.





Tornou-se difícil nos últimos anos fazer leitura de processos políticos, económicos e sociais no norte de Moçambique, sem nunca associar com o extremismo violento que assola directa ou indirectamente as províncias desta região, desde Outubro de 2017. De facto, este fenómeno tem contribuído para a desconfiguração demográfica, atraso do desenvolvimento económico, limitação do acesso à educação, saúde e informação. Tratando-se de um período eleitoral, o conflito limita a participação política dos cidadãos, condição essencial para a expressão e gozo dos seus direitos civis e políticos constitucionalmente estatuídos.

As eleições autarquias são, por um lado, uma oportunidade de os cidadãos escolherem os líderes que têm a missão de levar avante os anseios da população durante os próximos cinco anos e, por outro, um espaço privilegiado para a prestação de contas e responsabilização desses líderes mediante as suas acções.

A região norte poderá contar com um total de 21 municípios contra os anteriores 17, distribuídos da seguinte forma: a província de Cabo Delgado conta actualmente com cinco autarquias (cidade de Pemba, Montepuez, Mocímboa da Praia, Mue-

da e Chiúre) e recentemente foi aprovada a constituição de mais duas, nomeadamente as vilas de Ibo e de Balama, passando para sete. Nampula passará dos actuais sete municípios para oito, e Niassa passará de cinco para seis municípios.

O período entre 2019-2023 foi de maior precarização dos municípios da província de Cabo Delgado. A burocracia municipal quase não funcionou, principalmente em Mocímboa da Praia que viu a sua sede ocupada por cerca de um ano e a maioria deslocou-se para as zonas consideradas seguras. Este fenómeno, na verdade, fez com que o município não estivesse em condições de dar assistência aos seus munícipes espalhados em diferentes pontos do país e aumentou a vulnerabilidade e a falta de serviços com a destruição de infra-estruturas sociais como escolas, hospitais e mercados.

Portanto, em meio a todo conflito o município de Mocímboa da Praia não conseguiu realizar actividades de desenvolvimento e actualmente tem um desafio de reconstruir as edifícios públicos e outras infra-estruturas.

O Governo moçambicano marcou para 11 de Outubro de 2023 a realização das sextas eleições autárquicas, num contexto em que a situação no

norte de Moçambique se encontrava aparentemente calma, isto é, com poucas incursões dos extremistas violentos.

Entretanto, para este ciclo eleitoral o acesso aos municípios afectados pelo conflito e a disponibilidade das pessoas para participarem activamente no processo de recenseamento e votação colocam-se que questões que podem inviabilizar a eleição de dirigentes locais para os próximos anos.

Apesar dos órgãos de administração eleitoral terem garantido a existência de condições para a realização das eleições em municípios como o de Mocímboa da Praia, não é líquido que isso seja verdade, na medida em que a cada dia que passa há relatos de ataques na principal estrada que dá acesso àquela vila autárquica.

E mais: grande parte da população que refugiou-se em distritos relativamente seguros ainda não regressou às suas zonas de origem, situação que pode precipitar uma fraca participação dos eleitores.

O mesmo acontece em relação à vila do Ibo, um dos novos municípios criados em Cabo Delgado. O acesso à vila do Ibo implica uma viagem

terrestre até Quissanga, outro distrito que já esteve ocupado por largos meses pelos extremistas violentos. Apesar de estar relativamente calma, na estrada que dá acesso a Quissanga têm sido reportados ataques.

Embora haja a mobilização forçada das pessoas para o regresso às suas zonas de origem, principalmente para onde estão localizados os projectos de exploração do gás e a aparente volta a normalidade intercalado com pequenos focos de ataques esporádicos, para que o processo eleitoral corra sem incidentes graves, é necessário que mais do que discursos o governo se mobilize para garantir segurança e coloque atenção especial para essas zonas para que os cidadãos possam participar sem receio da festa eleitoral que começa neste ano.

A participação nas eleições deve ser a prioridade não só dos órgãos da administração eleitoral, mas também das Forças de Defesa e Segurança para que contribuam para a garantia da segurança e estabilidade. Para que o processo eleitoral corra sem incidentes graves, é necessário que o Governo garanta segurança e dê atenção especial às vilas autárquicas alvos de ataques.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique